

TRÊS ANOS DE RECESSÃO: A SALVAÇÃO VEIO DO CAMPO

Gilmar Mendes Lourenço

O produto interno bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao quarto trimestre de 2016, erguendo a barreira derrubada por oito quedas consecutivas, quando se leva em conta especificamente essa referência comparativa, de acordo com apurações do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por essa ordem de avaliação, a economia do País teria escapado da recessão - caracterizada pelo recuo da principal grandeza macroeconômica por pelo menos dois trimestres seguidos -, em face, fundamentalmente, da variação de 13,4%, observada na agropecuária, a maior em vinte e um anos, por conta da combinação entre safra recorde de grãos (233,1 milhões de toneladas, 26,2% superior à verificada em 2016, especialmente de soja, milho e arroz, beneficiada por clima e maior uso de tecnologia) e reação dos preços internacionais das commodities alimentares, dado que a indústria registrou acréscimo de apenas 0,9% e os serviços acusaram estagnação.

No entanto, o deslocamento da base de confronto para o intervalo de tempo compreendido entre janeiro e março de 2016, permite constatar retração de -0,4% do PIB, em contraposição à subida de 0,6%, inferida pelo índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br).

Trata-se da décima segunda diminuição ininterrupta da marcha começada em abril de 2014, resultando em três anos de depressão dos níveis de atividade, a mais prolongada e intensa da história da república, sintetizada em recuo acumulado de -8,5% do PIB, entre abril de 2014 e março de 2017, o que provocou a regressão do aparelho de produção à dimensão do quarto trimestre de 2010.

Pela ótica da utilização ou demanda final, o declínio foi determinado pelo desempenho desfavorável do consumo das famílias (-1,9%), gastos do governo (-1,3%) e formação bruta de capital fixo (-3,7%), enquanto exportações e importações aumentaram 1,9% e 9,8%, respectivamente.

De fato, a escalada de desemprego, custo do crédito e endividamento e inadimplência dos consumidores, mesmo com a estabilização dos rendimentos do trabalho, consequência da diminuição da inflação, reprimiu as intenções e decisões de compra. A par disso, a falência do estado brasileiro, e o necessário ajuste das contas públicas, que impôs compressão das despesas governamentais, particularmente com limitação legal da expansão à inflação pretérita por duas décadas, explica o encolhimento das aquisições das administrações governamentais, inclusive em ritmo maior que o experimentado pelo produto agregado.

De seu turno, o decréscimo das inversões fixas (aplicações em máquinas, equipamentos e instalações), derivado do enorme grau de endividamento corporativo, escassez e encarecimento do crédito e deterioração da confiança e expectativas de lucro dos agentes, fez a taxa de investimento cair de 16,8% do PIB para 15,6% do PIB, entre o princípio de 2016 e 2017, sendo o menor patamar da série histórica estimada pelo organismo nacional de estatística.

Como se vê, a expressão ou premissa insistentemente levantada e defendida pelo ministro da fazenda, Henrique Meirelles, desde o final de 2016, de que “a recessão é uma imagem no retrovisor”, exprime natureza verdadeira apenas no exame de um dos espelhos. Os outros ainda mostram-se ofuscados por um panorama conjuntural bastante adverso para os negócios por essas paragens.

Até porque, o próprio IBGE reconheceu o caráter prematuro da sentença de fim da recessão, sublinhando a carência de dois requisitos indispensáveis ao alcance desse objetivo de política econômica: generalização e perenidade. Por ora, a reativação, sinalizada por parte dos indicadores, é típica desta época do ano, essencialmente amparada nos ramos articulados ao agronegócio exportador.

*O próprio IBGE
reconheceu o caráter
prematuro da sentença
de fim da recessão.*

Mais que isso, as estatísticas correntes e antecedentes, cobrindo o desenrolar do segundo trimestre de 2017, retratam situação menos animadora. Conforme pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em abril de 2017, houve redução generalizada das variáveis investigadas, evidenciando a morosidade de resposta do lado real da economia ao controle da inflação e corte dos juros básicos, promovido pela autoridade monetária, que passaram de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 10,25% a.a., em fins de maio de 2017.

Os levantamentos da entidade apontam queda do faturamento real, horas trabalhadas na produção, emprego e massa salarial de -9,9%, -6,3%, -4,1% e -3,1%, respectivamente, em abril de 2017, em cotejo com abril de 2016. Na mesma linha, o grau de utilização da capacidade produtiva instalada caiu para 76,5%, naquele mês, contra 77,1, em março, e 77,4, em abril de 2016.

Outros radares têm captado fortes resistências à retomada do consumo, atestadas pela provável estabilização da desocupação da mão de obra, em taxas próximas de 14% da população economicamente ativa (PEA), equivalendo a quatorze milhões de pessoas desempregadas à procura de trabalho, e por novo recuo da confiança do consumidor que, por certo, deverá se contaminar o humor e o ânimo dos demais atores produtivos, em razão do prosseguimento e aprofundamento do colapso político e institucional.